

EACH, SOB “INVESTIGAÇÃO DETALHADA”, CONVIVE POR ORA COM ATERRO ILEGAL¹

Paulo Hebmüller²

Reprodução



J.J. Boueri entre J.G. Rodas e o então governador Geraldo Alckmin: diretor da EACH tinha "costas quentes"?

A Reitoria da USP apoia-se nos pareceres da Companhia de Saneamento Ambiental (Cetesb) e decide que a terra contaminada depositada clandestinamente no campus da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) em 2010 e 2011, quando a unidade era dirigida por J.J. Boueri, pode permanecer no local sem oferecer riscos a quem trabalha ou estuda lá. Uma empresa de engenharia foi contratada para executar “serviços de investigação ambiental detalhada” e “avaliação de riscos toxicológicos”

A Superintendência do Espaço Físico (SEF) da USP assinou um contrato com a empresa de engenharia ConAm-Consultoria Ambiental para “execução de serviços de investigação ambiental detalhada” e “avaliação de riscos toxicológicos” na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).

O extrato do contrato foi publicado no *Diário Oficial* no dia 20 de junho de 2015. A empresa terá um ano para executar o trabalho nas áreas AI-02 e AI-03 no campus da USP Leste. A AI-02 é a chamada área da chaminé, remanescente de uma antiga fábrica de cerâmica, e fica à esquerda de quem chega à EACH pela Estação USP Leste da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). A AI-03 é o terreno cedido em 2012 pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) para expansão do campus, e se estende até a vizinhança do Centro de Treinamento do Corinthians.

A assinatura do contrato é o mais recente capítulo das ações da USP em relação aos graves problemas ambientais na EACH. A área da chaminé recebeu a maior parte dos 109 mil m³ de terra depositados clandestinamente no campus entre 2010 e 2011, caso que acabou levando ao afastamento do então diretor da unidade, José Jorge Bouteri Filho, e motivou a interdição da EACH entre janeiro e julho de 2014 por decisão judicial. Análises identificaram a presença de diversas substâncias contaminantes na terra, entre elas bifelinas policloradas (PCB, na sigla em inglês). O composto era utilizado em segmentos industriais e está banido em muitos países — inclusive no Brasil — devido aos potenciais efeitos nocivos à saúde e ao ambiente. De acordo com a ação civil pública da Promotoria de Urbanismo e Meio Ambiente do Ministério Público do Estado (MPE) que levou à interdição da EACH, parte do depósito clandestino veio do terreno em que foi erguido o Templo de Salomão da Igreja Universal do Reino de Deus, no bairro do Brás.

O superintendente da SEF, professor Osvaldo Nakao, diz que os serviços para os quais a ConAm foi contratada nas áreas AI-02 e AI-03 “completam a investigação já realizada na área AI-01” — a região central do campus, onde estão as edificações da EACH e que tem boa parte de seu espaço atualmente cercado por tapumes de alumínio. A empresa fará o diagnóstico dos problemas e também a execução das medidas consideradas necessárias. A ordem de serviço foi emitida com data de 13 de julho e a conclu-

são está prevista para julho de 2016. O valor do contrato é de R\$ 2,379 milhões.

O início dos serviços da ConAm praticamente coincidiu com o final de mais um semestre letivo, enquanto outro deve se iniciar em meio à incerteza da comunidade sobre a segurança de frequentar o campus e a existência de riscos à saúde. “Uma coisa é solucionar os problemas enquanto o local está interditado e fechado ao acesso. Outra é colocar as pessoas de volta sem haver uma segurança e uma certeza absoluta quanto ao nível de problemas que as coisas que estão aqui podem trazer”, afirma o professor Marcos Bernardino de Carvalho, docente do curso de Gestão Ambiental e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH.

“O campus está esquizofrênico, porque uma parte dele diz claramente o seguinte: ‘Isto não é seguro’. Basta olhar para todos os espaços que estão cercados por tapumes e eles dizem isso a você”, completa.

A colocação dos tapumes de alumínio (que isolam também a área da chaminé) e a cobertura do aterro com o plantio de grama foram algumas das medidas tomadas para mitigar os problemas na área central da EACH. Porém, sobram dúvidas quanto à sua eficácia. “Eu não me sinto segura. Há pessoas que têm certeza de que não estão correndo risco, mas muita gente está em dúvida. Eu tenho certeza de que há risco porque ouvi um geólogo da Cetesb [Companhia Ambiental do Estado de São Paulo] dizer que apenas colocar grama em cima não isola a terra contaminada”, enfatiza a professora Adriana Tufaille, dos cursos de Ciências da Natureza e Gestão Ambiental da EACH. A declaração à qual ela se refere foi feita em maio de 2014 pelo geólogo Elton Gloeden, gerente do Departamento de Áreas Contaminadas da Cetesb. Em audiência na CPI da Câmara dos Vereadores de São Paulo sobre áreas contaminadas, Gloeden afirmou que o plantio de grama representava uma medida de “caráter emergencial”, e não “uma solução definitiva” para o isolamento do solo do campus.

“Na época da CPI, os resultados das investigações do solo indicavam a presença de PCB total acima do valor de intervenção, o que indicava a necessidade de complementação das investigações e intervenções, como o isolamento da área com grama e tapume. Após a obtenção dos novos resultados para os congêneres de PCB, essas medidas não são mais necessárias”, declarou Gloeden à *Revista*

Adusp. Para o geólogo, “não há necessidade de remoção do solo”, e “o uso da área é seguro”.

A existência desses “novos resultados” é justamente um dos nós a emaranhar a teia bastante complexa de problemas da EACH. A empresa Servmar Serviços Técnicos Ambientais, contratada pela USP para investigação do solo e da água subterrânea nas áreas AI-01 e AI-02, realizou sondagens e investigações em diversas etapas e concluiu no início de 2014 que havia 21 pontos no solo nos quais estavam presentes substâncias acima dos “valores de intervenção para o cenário residencial”. Logo a seguir, entretanto, a Cetesb divulgou os novos valores orientadores para solos e águas subterrâneas no Estado de São Paulo, em substituição aos que vigoravam desde 2005. A decisão e as respectivas tabelas do órgão ambiental foram publicadas no *Diário Oficial* de 21 de fevereiro de 2014.

A Servmar encaminhou à USP os resultados analisados sob os parâmetros revistos, reduzindo drasticamente o número de pontos considerados problemáticos. Questionada por representantes da EACH e da SEF, em março do ano passado, a respeito desse e de outros itens, a empresa respondeu por escrito: “No relatório em epígrafe foram utilizados os valores de intervenção novos, de 2014, para comparação com os resultados analíticos obtidos. Desta forma, algumas concentrações que se encontravam superiores aos valores de intervenção de 2005 não se encontravam mais superiores quando considerados os valores de intervenção atualizados em 2014 pela Cetesb”.

O relatório de fevereiro conclui que “após a interpretação dos resultados analíticos e avaliação de risco à saúde humana pode-se afirmar que não há necessidade de adoção de medidas de intervenção para o solo superficial e solo subsuperficial da área AI-01”. Um novo estudo complementar foi entregue em novembro, reforçando a conclusão e recomendando ainda que, “caso sejam realizadas obras civis na AI-01, os trabalhadores utilizem Equipamento de Proteção Individual (EPI), e seja feito monitoramento de gases inflamáveis no solo”. É “recomendável também”, segue o texto, “que na AI-01 seja mantido o tapete de grama ou que seja realizada a colocação de bloquetes” (tipo de peça de concreto para pavimentação). É com base nessas conclusões que o superintendente Osvaldo Nakao defende, assim como o geólogo Gloeden, da Cetesb, que não é necessário retirar o aterro clandestino na área central do campus.

“A USP demorou quase dez anos para tomar medidas sobre o metano e tinha ciência dessa questão desde a implantação da escola. Será que vai demorar dez anos ou mais para tomar medidas efetivas em relação à terra? Espero que não”, diz Elizabete Franco Cruz, docente de Obstetrícia

A Cetesb ainda não deu um parecer sobre o relatório da Servmar entregue em novembro do ano passado, e não respondeu à *Revista Adusp* se há alguma previsão para emití-lo. Caso o órgão referende as conclusões da empresa, os tapumes de alumínio poderão ser retirados para a construção de novas edificações na área central da EACH. A vice-diretora da escola, professora Neli Aparecida de Mello-Théry, defende a manutenção dos tapumes até que a universidade receba esse posicionamento oficial. A professora tem procurado intervir nas questões ambientais que envolvem o campus, mas ressalta que a Cetesb não recebe a diretoria da EACH, pois a interlocução da Companhia com a USP se dá apenas por intermédio da SEF.

A mudança dos valores de intervenção é um dos fatores que colaboram na criação de um clima de desconfiança em relação à Cetesb e às afirmações de que a área do campus está segura, aponta a professora Adriana Tufaile. Para a vice-diretora da EACH, no entanto, trata-se de um processo normal. “De tempos em tempos a Cetesb faz essas alterações e se torna mais rígida em alguns índices e menos rígida em outros, obedecendo a parâmetros internacionais”, rebate Neli.

A controvérsia sobre a necessidade da retirada da terra contaminada não é o único problema da EACH. A concentração de gás metano no subsolo é outra realidade a preocupar a comunidade de alunos, professores, funcionários e outros frequentadores da unidade. Como salienta a ação civil pública do MPE, “a área por anos foi utilizada como bota-fora, notadamente de sedimentos removidos durante as operações de dragagem do rio Tietê”. “Não era

o melhor lugar para construir um campus, porque não se sabe a origem dos aterros anteriores”, reconhece a vice-diretora. Recorde-se, além do mais, que a USP Leste está localizada no perímetro do Parque Ecológico e Área de Preservação Ambiental (APA) da Várzea do Rio Tietê.

O superintendente da SEF, Osvaldo Nakao, e o geólogo Elton Gloeden, da Cetesb, afirmam que a implantação de um sistema de extração de metano garante a segurança das edificações e das pessoas. De acordo com Nakao, foram instalados 22 exaustores do gás no campus. Para minimizar o problema do ruído constante emitido pelas máquinas, algumas localizadas ao lado de janelas de salas de aula, estão sendo construídos abrigos nos quais os equipamentos ficarão isolados. As construções previstas para a expansão da EACH já serão edificadas com base em projetos que incluem sistemas de ventilação e extração do metano, afirmam os representantes da USP.

A eficácia dessas providências é questionada pelos professores da EACH ouvidos pela *Revista Adusp*. “A USP demorou quase dez anos para tomar medidas sobre o metano e tinha ciência dessa questão desde a implantação da escola. Será que vai demorar dez anos ou mais para tomar medidas efetivas em relação à terra? Espero que não”, diz Elizabeth Franco Cruz, docente do curso de Obstetrícia e do mestrado em Mudança Social e Participação Política. “Com a propalada crise financeira da instituição, tenho dúvidas se vão retirar a terra. Às vezes penso que vão tentar nos convencer cientificamente de que não há problemas e portanto a terra poderá permanecer. Outras vezes penso que vão adotar medidas parciais, paliativas, para poder dizer: ‘Retiramos a terra contaminada da EACH’.”

“Tudo o que se está fazendo no campus é muito lento e podemos estar brincando com a saúde das pessoas. Essa é a desconfiança, e é o que qualquer ambientalista sabe”, diz Marcos Bernardino de Carvalho. “Uma coisa muito perversa é que não se consegue fazer a relação de nexos causal dos problemas de saúde”, continua Adriana Tufaille. Antes do plantio da grama e da colocação dos tapumes, os frequentadores do campus respiraram muita poeira vinda da terra contaminada. “Mesmo que os parâmetros para os compostos isolados tenham sido reduzidos, o que acontece quando várias dessas substâncias estão presentes ao mesmo tempo e agem cumulativamente? Um só organismo e um só sistema imunológico têm que dar conta de tudo.” Vale lembrar que, em dezembro de 2013, três

semanas antes do início da interdição determinada pela Justiça, as atividades da EACH já haviam sido paralisadas por causa de problemas com a água e com infestação por piolhos de pombo em salas de aula.

A ação civil pública movida pelo MPE continua tramitando na 2ª Vara da Fazenda Pública e vem sendo acompanhada pela promotora Cláudia Cecília Fedeli, da Promotoria de Urbanismo e Meio Ambiente. Pelo menos mais uma ação já foi movida na Justiça depois da desinterdição. Após sofrer uma alergia que a fez perder cabelos e sobrancelhas, a aluna Rosângela Toni, do curso de Gestão Ambiental da EACH, está processando a USP por entender que a causa do problema é a contaminação por elementos existentes no solo do campus. A vice-diretora Neli de Mello-Théry salienta que também inalou a poeira, mas ressalta: “Não posso afirmar que essa situação não vá causar problemas. Até agora, porém, não é possível comprovar que há efeitos”³.

“A USP está sofrendo o que a periferia sofre, e poderia dar o exemplo de mostrar que a periferia tem o direito a ser um lugar em que as pessoas vivam de forma saudável”, considera o professor Marcos Bernardino de Carvalho. Para ele, a argumentação de que muitos lugares da cidade — ou praticamente a cidade toda — estejam contaminados não é justificativa para minimizar os problemas da EACH. “Ter um espaço livre de contaminação é muito difícil. No entanto, não pode ser cassado o direito de lutar para se viver num espaço livre de contaminação, ou no mínimo para diminuir a exposição a alguma coisa que nos faça mal. Não somos apenas organismos ou máquinas em que o ar entra de um jeito e o contaminante de outro. Somos todos também corpos sociais e políticos, que não têm por que tolerar um grama que seja de matéria de origem criminosa”, defende.

A professora Elizabeth Franco Cruz concorda. “Há uma questão simbólica muito significativa. Esta terra é um lixo e nós não somos um depósito de lixo! Nós semeamos uma flor no solo pantanoso que a USP nos deu. Sonhamos com um projeto lindo para este espaço, trabalhamos duro e fizemos nascer muita coisa. Realmente não me conformo”, diz. “Para mim, depois de tudo que vimos e vivemos, é muito difícil a convivência pacífica com esse lixo contaminado fruto de um crime ambiental. Nós todos, professores, alunos, funcionários e comunidade, não merecemos esse estado de coisas.”

REITOR SUSPENDE EX-DIRETOR J. BOUERI POR 120 DIAS. COMISSÃO PROCESSANTE QUERIA SÓ 30 DIAS

A Comissão Processante Disciplinar (CPD) designada em 7/11/2013 pela Reitoria da USP para conduzir processo administrativo contra José Jorge Boueri Filho, ex-diretor da EACH, emitiu parecer, um ano e meio depois (29/5/2015), recomendando a suspensão do professor por trinta dias de suas atividades na Universidade.

No dia 2/7/2015, o reitor M. A. Zago acolheu, em parte, as conclusões da CPD, ao entender que o ato praticado por Boueri “deve ser considerado como de maior gravidade”, na medida em que o então diretor da EACH “autorizou a utilização de considerável volume de terra não certificada no campus da EACH”, e isso mediante a ausência de requisitos fundamentais, tais como: “procedimento licitatório ou de dispensa ou de declaração de inexigibilidade”; “contrato formal, escrito”; e “a falta de comunicação aos órgãos administrativos e ambientais para formalizar e obter as autorizações necessárias”.

O reitor reconheceu, ainda, que tais condutas “desencadearam significativa perturbação para o desenvolvimento dos serviços administrativos da EACH, com a interdição daquele campus, suspensão das aulas e posterior transferência dos alunos para locais externos”.

Por outro lado, ele acatou o entendimento da Comissão de que não houve dolo e de que a primariedade do réu deveria ser levada em conta ao se fixar a pena. Assim, apesar da gravidade das faltas apontadas, M.A. Zago decidiu aplicar a punição de 120 dias de suspensão.

A Diretoria da Adusp emitiu nota em que condena a decisão do reitor: “A suspensão de 120 dias é uma sanção que não condiz com a gravidade do caso e das condutas

do então diretor da EACH. A mesma Reitoria que, a pretexto de ausência de dolo, deixa de demitir o responsável por um crime ambiental de proporções ainda não inteiramente conhecidas, que violou diversas leis e o Estatuto do Servidor Público (ESP), dispõe-se a processar e expulsar estudantes por falarem em voz alta nas reuniões do Conselho Universitário”.

“Vale lembrar, a respeito da alegada primariedade de Boueri, que o ESP relaciona a penalidade à infração, sem levar em conta os antecedentes”, continua a nota da Adusp. “Portanto, a primariedade não deveria ser entendida como atenuante ou óbice à demissão”.

A professora Adriana Tufaille considera que outros dirigentes da USP devem ser responsabilizados, além do ex-diretor. Ela lembra que a interdição da unidade entre janeiro e julho de 2014 provocou muitos prejuízos que não podem ser medidos: “Projetos de pesquisa parados, laboratórios fechados, alunos que desistiram de disciplinas por causa dos deslocamentos para outros lugares, falta de biblioteca e de bandeirão, possíveis danos à saúde das pessoas etc.”.

Há também, diz a professora, outras perdas que podem ser contabilizadas e com as quais a USP vem arcando sem cobrar dos demais envolvidos. Um dos atores do processo, por exemplo, obtém duas vantagens: “As construtoras comprem terrenos contaminados porque são mais baratos e, em vez de descontaminar, o que custa muito dinheiro, pegam a terra e jogam noutro lugar. Lucram duas vezes: comprando terreno mais barato e descartando a terra em vez de tratá-la”.

Notas

- 1 Reportagem publicada na *Revista Adusp* 58, de dezembro de 2015. É impressionante constatar que, dez anos depois, a situação persiste. Desde sua criação, a EACH foi tema de diversas matérias da *Revista Adusp*: “Apesar do crime ambiental e da incúria dos reitores, EACH mostra grandeza e vitalidade”, de autoria de Michele Schultz e Marcos Bernardino de Carvalho (edição 61, setembro de 2017); “Por que ‘somos todos EACH’”, de M.S., M.B.C., Adriana Tufaille e Elizabete Franco Cruz (edição 57, março de 2015); “Governo Alckmin pressionou Cetesb para licenciar USP Leste, revela SEF” (edição 55, outubro de 2013); “EACH não possui licenças ambientais e usuário corre risco”, de Thaís Brianezi, e “Keralux, vizinho especial em busca dos seus direitos”, de Ana Maria Barbour (ambas na edição 49, janeiro de 2011). Antes de surgir a escola: “USP Zona Leste, enfim a expansão?”, de Antonio Biondi (edição 31, novembro de 2003).
- 2 Jornalista.
- 3 A professora Neli Aparecida de Mello-Théry faleceria em 6 de abril de 2022, em Paris, acometida por um câncer.